

CONCURSO PÚBLICO  
POMBOS - GRUPO 4 - 26/11 - TARDE



## [NS] ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

100 QUESTÕES OBJETIVAS

**igeduc**

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de **ELIMINAÇÃO** do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

**CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS**

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
(de 1 a 70)**

**Julgue os itens a seguir.**

01. A internação voluntária deverá ser precedida de declaração escrita da pessoa solicitante de que optou por este regime de tratamento. Seu término dar-se-á apenas por determinação do médico responsável.
02. É dever do Assistente Social atuar como parte em todas as demandas judiciais que envolvam famílias atendidas pelo NASF, pelo SUAS ou que estejam em situação de vulnerabilidade em seu município.
03. Promover a priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência, é uma diretriz da Política Nacional do Idoso.
04. Para que o planejamento possa ser realizado de forma completa e correta, o Assistente Social deve reunir informações sobre a comunidade em que atua e, ao mesmo tempo, evitar ter contato com os moradores daquela região.
05. A avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade.
06. O laudo social é o documento pelo qual se veicula a perícia social. Na elaboração deste documento o profissional deve ter cuidado de demonstrar alguns elementos fundamentais relativos à situação social objeto da perícia, bem como transcrever no laudo o parecer sobre a situação, ou seja, mencionar a melhor situação possível.
07. Dificultar o exercício da autoridade parental é uma atitude que pode configurar alienação parental.
08. Promover a descentralização político-administrativa e a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços, são diretrizes da Política Nacional do Idoso.
09. Realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade a fim de criar uma imagem negativa para a criança é uma atitude que configura alienação parental.
10. O diário de campo são anotações realizadas pelo profissional de acordo com ações realizadas na sua atuação prática; nada mais é do que um relato das atividades que o profissional ou acadêmico desenvolveu, porém, este relato tem fundamentação teórica e análise crítica.
11. O CADSUAS objetiva cadastrar e manter atualizados dados sobre a rede executora de serviços socioassistenciais, órgãos governamentais, como prefeituras, governos de estados e do Distrito Federal, órgãos gestores, fundos e conselhos de Assistência Social e sobre os recursos humanos do SUAS em todo o território nacional com regulamentação própria.
12. A visita institucional tem como objetivo principal conhecer e avaliar a qualidade e existência de políticas sociais, públicas ou privadas.
13. Dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar pela criança é uma medida que pode configurar alienação parental.
14. A existência do CRAS está estritamente vinculada ao funcionamento do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que constitui condição essencial e indispensável para o funcionamento do CRAS.
15. Dificultar o contato de criança ou adolescente com o genitor é uma ação que pode configurar alienação parental.
16. Cabe aos órgãos gestores da política de assistência social, em cada esfera de governo, fornecer apoio técnico e financeiro aos conselhos e às conferências de assistência social e à participação social dos usuários no Sistema Único de Assistência Social.
17. Os indicadores sociais compostos são construídos a partir de uma estatística social específica, referida a uma dimensão social elegida.

18. O CADSUAS reúne todas as bases de dados de notificação de doenças, agravos à saúde, nascimentos e mortes no Brasil, com o objetivo de constituir indicadores realistas e atualizados sobre a necessidade de serviços assistenciais, de segurança pública e de promoção da culturas nos municípios.
19. O atendimento sócio-individual requer bases teórico-metodológicas para sua execução, independente de seus objetivos. Ele ultrapassa o caráter singular. A partir das demandas individuais é possível identificar questões de ordem coletiva e, assim, buscar alternativas para responder a tais desafios. Pressupõe o reconhecimento das forças que atuam na sociedade e que interferem direta e historicamente sobre os indivíduos que procuram o Serviço Social.
20. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos, conforme dispõe a Política Nacional do Idoso.
21. Cabe ao Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), quando necessário e/ou solicitado, o encaminhamento ao sistema de defesa e responsabilização de relatórios que versem sobre o atendimento e acompanhamento às famílias e aos indivíduos, resguardando-se o que dispõe o código de ética e as orientações dos respectivos conselhos de categoria profissional.
22. Constitui-se como objetivo do Programa de Combate à Intimidação Sistemática a punição dos agressores, baseada na legislação vigente e através da criação de mecanismos e instrumentos que promovam a efetiva responsabilização pelos atos praticados.
23. Em todo atendimento de saúde, os maiores de oitenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, inclusive em caso de emergência.
24. Omitir deliberadamente ao genitor as informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive dados escolares, informações médicas e alterações de endereço, é uma ação que pode configurar alienação parental.
25. A viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações, é uma diretriz da Política Nacional do Idoso.
26. A Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre a organização da assistência social. É o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos Arts. 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social.
27. A participação na avaliação de programas e serviços sociais se caracteriza pela entrada de diferentes atores sociais nos processos avaliativos, indo além do mero fornecimento de informações. Ela visa envolver os diferentes atores em uma ou em todas as etapas da avaliação, de modo que possam de fato influenciar no percurso com algum grau de gestão.
28. No contexto do serviço social, as atividades de planejamento tem por objetivo identificar as necessidades de assistência das populações mais vulneráveis sem, no entanto, registrar casos específicos de qualquer família ou indivíduo com relação a direitos e garantias aos quais eles não tem acesso.
29. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) pode ser recebido junto com benefícios de outro regime ou da Seguridade Social. Pode também ser recebido com a assistência médica, as pensões especiais de natureza indenizatória ou a remuneração do contrato de aprendizagem, sendo que este último por até 2 anos pelo beneficiário.
30. Estabelecer objetivos é uma etapa importante no planejamento das ações assistenciais, sendo recomendado evitar o uso de métricas ou indicadores para avaliar o quanto esses objetivos estão sendo efetivamente cumpridos.
31. Estabelecer atividades, definir prazos, reunir informações e propor objetivos são práticas estranhas ao processo de planejamento em serviço social.
32. As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação da Política Nacional do Idoso.
33. O planejamento em assistência social é uma prática que deve ser realizada apenas semestralmente.
34. O centro de ação da política de assistência social é a família, vista como elo integrador das ações e como foco de programas específicos. Todos os programas que visam à inserção e à reinserção familiar são prioritários na política de assistência social.
35. Um indicador social é uma medida dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.
36. Apresentar falsa denúncia contra o genitor, contra seus familiares ou contra os avós, a fim de obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente, é uma atitude que configura alienação parental.
37. A promoção da articulação intersetorial no território de abrangência do CRAS é uma ação coletiva, compartilhada e integrada a objetivos e possibilidades de outras áreas, tendo por escopo garantir a integralidade do atendimento aos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade e risco social.
38. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.
39. A equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) compreende, no mínimo: dois odontólogos, dois assistentes sociais, dois agentes comunitários de saúde e um advogado (Lei Federal 8.080/90).

40. O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza, conforme dispõe a Política Nacional do Idoso.
41. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um conjunto de ações do NASF cujo objetivo principal é reduzir o consumo de drogas alucinógenas entre crianças e adolescentes nas comunidades rurais.
42. No âmbito dos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é necessário que, para cada família / indivíduo, seja traçado o Plano de Acompanhamento. Nesse instrumento, faz-se necessário o apontamento de objetivos, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social, considerando as particularidades e o protagonismo de cada família e indivíduo.
43. Promover a participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos, é uma diretriz da Política Nacional do Idoso.
44. A reforma sanitária, no Brasil, foi um conjunto de ideias e projetos de iniciativa pública que culminaram na formulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no fornecimento de serviços de esgotamento sanitário a toda a população deste País, sem exceções.
45. O PETI é um programa integrado, uma iniciativa articulada entre Governo Federal, estados e municípios. O programa garante benefício financeiro à família, efetuado integralmente ao programa Bolsa Família, e ações socioeducativas e de convivência para essas crianças e adolescentes.
46. Para garantir total autonomia e efetividade ao controle social, o Conselho de Saúde é subordinado ao Poder Executivo.
47. Identificar as necessidades de articulação com outras secretarias do Governo Municipal, estimar o impacto previsto das ações assistenciais e reavaliar a necessidade de orçamento complementar para as ações e projetos são práticas vetadas aos profissionais envolvidos no processo de planejamento em serviço social.
48. A medida socioeducativa em meio aberto é uma alternativa às penas mais graves, aplicável às crianças ou adolescentes até 10 anos de idade completos e que tenham cometido furto ou crimes contra a vida.
49. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – obrigatoriamente do sexo feminino – previamente capacitados.
50. É responsabilidade dos Conselhos de Assistência Social a discussão de metas e prioridades orçamentárias, no âmbito do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, podendo para isso realizar audiências públicas.
51. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabelece uma organização das ações da política de Assistência Social de acordo com a complexidade dos serviços. Numa ponta, a atenção social básica e, na outra, a atenção social especial, de alta e média complexidade.
52. O município é o local privilegiado do fazer e do acontecer socioassistencial, na medida em que é a instância mais próxima da população. Assim sendo, tem uma posição decisiva do ponto de vista da gestão pública da assistência social.
53. O trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é desenvolvido pela equipe de referência do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e a gestão territorial pelo coordenador do CRAS, auxiliado pela equipe técnica, sendo, portanto, funções do poder público e de entidades privadas de assistência social.
54. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.
55. Denomina-se “Reforma Sanitária” o conjunto de ações e metas estabelecidas por uma lei do Governo Federal que busca ampliar o acesso da população à alimentação de qualidade até o ano de 2050.
56. A gestão de programas, no contexto da assistência social, apenas diz respeito ao controle financeiro das despesas executadas por agentes públicos no contexto do respectivo programa.
57. A liberdade assistida (LA) é a medida aplicável ao adolescente que cometeu furto de bem com valor inferior a R\$ 100 e que deverá cumprir a pena em regime fechado se houver reincidência no crime.
58. A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.
59. O Estado brasileiro, isto é, o poder público, seja ele federal, estadual ou municipal, tem o dever de formular políticas e realizar ações e atividades que protejam e promovam aquela parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade, permitindo a esta parcela alcançar uma situação de plena cidadania.
60. O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através da Política Nacional do Idoso.
61. O parecer social é entendido como a opinião profissional do assistente social, com base na observação e estudo de uma determinada situação, que fornece elementos para a concessão de um benefício, recurso material e decisão médico-pericial. O parecer social é o produto final da perícia social.
62. Pessoas que moram fora do Brasil não podem pedir o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Porém, quem recebe o BPC e vai morar fora do país continua recebendo o benefício, desde que continue atendendo aos seus critérios de acesso.
63. Mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós, configura alienação parental.

64. A gestão integrada consiste na articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS e tem como diretrizes: a co-responsabilidade entre os entes federados; as seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social e a centralidade da família no atendimento socioassistencial de forma integral, visando interromper ciclos intergeracionais de pobreza e de violação de direitos.
65. São elegíveis para o acolhimento em Comunidade Terapêutica Acolhedora as pessoas com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua ou de emergência.
66. A prática profissional do assistente social dirigida ao sujeito em sua singularidade e particularidade é denominada como atendimento sócio-individual, uma vez que se trata de uma intervenção direta, com repercussões e alterações na vida dos sujeitos. Ele pressupõe a compreensão da totalidade e dos determinantes sociais, que compõem o universo destes sujeitos.
67. As despesas com ações e serviços públicos de saúde realizados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, deverão ser movimentadas por meio do Orçamento Geral da União.
68. As ações de intimidação sistemática que envolvem a moral da vítima manifestam-se apenas nas ações praticadas de forma verbal, social e psicológica, visto que a intimidação moral se dá quando se ataca a dignidade e o decoro de alguém.
69. Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas somente após audiência das partes e de manifestação do Ministério Público.
70. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
77. A autenticação de dois fatores é essencial para promover a segurança no uso dos serviços da Internet, pois ela fornece uma camada extra de segurança para as informações dos usuários.
78. Após o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a acentuação gráfica passou a ser dispensável nas palavras escritas em linguagem formal no Brasil, podendo ser omitida sem prejuízo para a leitura ou para a compreensão do texto.
79. A placa de vídeo é o componente responsável por permitir a visualização de imagens no monitor de um computador.
80. O substantivo é a classe de palavras usada para dar nome aos seres, aos objetos, aos fenômenos, aos lugares, às qualidades, às ações etc. São exemplos dessa classe gramatical os seguintes vocábulos: menino, João, Portugal, caneta, ventania, coragem, corrida.
81. Na equação  $4X - 5 = 11$ , o valor de X corresponde a 4.
82. Se uma máquina do modelo X produz 58 peças por minuto, então 2 máquinas do tipo X produzirão mais de 1.700 peças em 15 minutos.
83. A função ALC.MÁX, no Excel, encontra o valor máximo de uma distribuição estatística em uma planilha preenchida apenas com dados numéricos.
84. Considere 5 objetos que pesam, respectivamente: 22 kg, 91 kg, 79 kg, 29 kg e 49 kg. É correto afirmar que o peso médio desses objetos é maior que 57,3 kg.
85. A área de um triângulo equilátero com base igual a 24 centímetros e altura igual a 30 centímetros será maior que  $377 \text{ cm}^2$ .
86. É permitido a qualquer servidor público de Pombos (PE) tomar para si bens ou equipamentos públicos de qualquer natureza sem a devida autorização da entidade que os detém.
87. O processador fica acoplado à placa-mãe do computador, sendo responsável por fazer o controle das operações que a máquina realiza. Ele interfere diretamente na rapidez / velocidade com que as tarefas são executadas no equipamento.
88. Ao Leste, o município de Pombos (PE) faz fronteira com o município de Ingazeira (PE).
89. Cada número inteiro  $a$  tem um oposto ou simétrico  $-a$ , tal que  $a + (-a) = 0$ . Na representação desses inteiros em uma reta, eles estão em lados opostos e equidistantes do zero, sendo essa distância o valor absoluto dos números.
90. A decomposição do número 3971 em fatores primos revela que é um número primo.
91. Se de uma frota de 250 veículos 32% das suas unidades são de motorização Flex (gasolina e etanol), então é correto afirmar que o total de veículos com essa motorização corresponde a 87 unidades.
92. No Microsoft Word, a guia "Design de Tabela" inclui opções como "Estilos de Tabela" ou mesmo aplicar "Sombreamento" a uma tabela.
93. Dois Leões e Nossa Senhora do Carmo são povoados do município de Pombos (PE).
94. Buscar atualizar-se sobre os melhores conhecimentos técnicos para o bom exercício da sua função é um exemplo de comportamento ético.

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

#### Julgue os itens a seguir.

71. A consciência dos princípios morais não deve nortear a atuação do servidor público de Pombos (PE).
72. Deve o servidor público de Pombos (PE) ser assíduo e frequente ao serviço, além de buscar formas de tornar seu trabalho mais eficiente, à luz dos objetivos e normas da instituição.
73. A soma de  $\frac{3}{4}$  com 0,375 resulta em um número decimal equivalente a 1,125.
74. Na frase "Os alunos reuniram-se no auditório com grande fúria e irritação para protestar contra as mudanças", o vocábulo "grande" é classificado como pronome relativo.
75. O município de Pombos encontra-se inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe.
76. O período simples é formado por somente uma oração agrupada em torno de um único verbo ou de uma única locução verbal. Quando isso ocorre, o período é denominado oração absoluta.

95. Sejam os números  $U = 2^2 * 3^3 * 7^2$  e  $V = 2^2 * 3^3 * 3^3 * 5^2$ . O máximo divisor comum (MDC) entre esses números é 108.
96. Os seguintes vocábulos representam exemplos de palavras com origem indígena ou africana que utilizam a letra "X": xará, xavante e xingar.
97. Cônsul, cónsules; têxtil, têxteis; plâncton, plânctons: são exemplos de paroxítonas que usam corretamente o acento circunflexo.
98. Um capital de R\$ 2.450 aplicado a uma taxa de juros compostos de 0,9% a.m., ao longo de 9 meses, resultará em um montante superior a R\$ 2.630.
99. Dadas as proposições lógicas verdadeiras: (I) Se Ana não aprendeu lógica, então não passou na prova; (II) Se Ana foi à praia, então ela não aprendeu lógica; (III) Ana passou na prova. A conclusão lógica é que Ana não aprendeu lógica.
100. Considerando N como o conjunto dos números naturais, é correto afirmar que a interseção entre N e o conjunto dos números naturais não nulos ( $N^*$ ) é igual ao conjunto vazio.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**